

INSTRUÇÕES

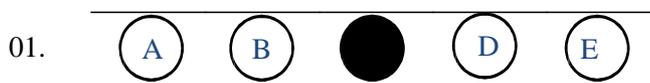
LEIA COM ATENÇÃO

O candidato receberá do fiscal:

1. Este Caderno de Prova, com páginas numeradas de 1 a 11 (incluso a capa), é constituído de 25 (VINTE E CINCO) questões objetivas, cada uma com 5 (CINCO) alternativas, assim distribuídas:
01 a 20 – Conhecimentos Específicos
21 a 25 – Conhecimentos Gerais: Conhecimentos Pedagógicos
2. Uma Folha de Respostas para a Prova Objetiva.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal o troca de caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
4. A totalidade da Prova terá a duração de **3 (três) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
5. Somente após decorridas **1 (uma) hora** do início da prova, o candidato, depois de entregar seu Caderno de Prova e seu Cartão de Respostas, poderá retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes desse tempo deverá assinar Termo de Ocorrência declarando sua desistência do concurso.
6. O Candidato somente poderá levar o Caderno de Questões, após depois de decorridas **02h30min** do início da prova.
7. Após o término da prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal o **CARTÃO DE RESPOSTAS** devidamente assinado e preenchido
8. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
9. Caso seja necessária a utilização do bebedouro/sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal de corredor para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso.
10. O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar bebedouros ou sanitários.
11. Os cadernos de provas estarão disponíveis para serem retirados apenas no dia 07 de dezembro nas dependências do Instituto Federal de Roraima-IFRR, após essa data os mesmos serão destruídos.

12. Sobre a Marcação do Cartão de Respostas

- 12.1 Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- 12.2 A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- 12.3 Use caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta.
- 12.4 Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- 12.5 Para cada questão, existe apenas **1(uma)** resposta certa– não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- 12.6 O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- 12.7 Todas as questões deverão ser respondidas.

13. Os **3 (três)** últimos candidatos só poderão sair juntos, após assinarem a Ata do Fiscal.
14. O Gabarito Preliminar da Prova Objetiva estará disponível no site do **IFRR** (www.ifrr.edu.br), dia 06 de dezembro de 2015 a partir das 12 horas.
15. O candidato, devidamente fundamentado, poderá interpor recurso contra o gabarito, contra a resposta apresentada pela Comissão do Concurso Público, contra a questão com enunciado errado, contra a questão com resposta dupla, contra a divergência de gabarito, contra a questão sem alternativa correta ou contra outros motivos, desde que tenha fundamentação lógica, em até 4 (quatro) horas após a divulgação do evento, cujo formulário para a formalização consta no **ANEXO V** do edital 35/2015 e estará disponível no sítio <http://www.ifrr.edu.br>.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO: *COMÉRCIO EXTERIOR*

Questão 01

Com base no Decreto Federal nº 6.759/2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior, no que se refere ao território aduaneiro, é **CORRETO** afirmar que o território aduaneiro é compreendido:

- (A) por todo o território nacional.
- (B) pela zona secundária de fiscalização.
- (C) pela zona primária de fiscalização nos portos.
- (D) pela zona primária de fiscalização nos aeroportos.
- (E) pela zona primária de fiscalização nos portos e nos aeroportos.

Questão 02

O despacho de importação é o procedimento mediante o qual é verificada a exatidão dos dados declarados pelo importador em relação à mercadoria importada, aos documentos apresentados e à legislação específica. Para efeito da ocorrência do fato gerador dos tributos incidentes nas operações de importação, no que se refere ao imposto de importação, é correto afirmar que ele acontece na:

- (A) data do registro da declaração de importação.
- (B) data da entrega da mercadoria estrangeira ao importador.
- (C) entrada da mercadoria estrangeira no território aduaneiro.
- (D) data do lançamento do crédito tributário pela autoridade fiscal.
- (E) data do vencimento do prazo de permanência da mercadoria em recinto alfandegado.

Questão 03

Nos procedimentos que envolvem os despachos de exportação, existe uma sequência de atos a serem realizados até que a mercadoria seja desembaraçada pela fiscalização aduaneira, momento em que é autorizado o embarque ou a transposição de fronteira da mercadoria. Para que seja confirmada a saída da mercadoria do País, é necessário que:

- (A) a averbação de embarque seja registrada no SISCOMEX-Exportação.
- (B) a fiscalização registre o desembaraço aduaneiro no SISCOMEX-Exportação.
- (C) o conhecimento de embarque internacional seja emitido pelo transportador da mercadoria.
- (D) o recebimento do valor referente ao frete internacional seja confirmado pelo transportador da mercadoria.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

Questão 04

Existem várias atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias, inclusive bagagem de viajante, na importação, na exportação ou internação, sejam elas transportadas por qualquer via. Para que estas atividades possam ser realizadas, o importador ou exportador deverá se apresentar à Alfândega através de um representante legal ou de um despachante aduaneiro. No caso do representante legal ser um funcionário da empresa que esteja realizando uma operação de importação, são os requisitos para que este funcionário possa realizar as atividades relacionadas ao despacho aduaneiro em nome do importador:

- (A) ter vínculo empregatício exclusivo com importador e ser munido de mandato que lhe outorgue plenos poderes para realizar as atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.
- (B) ter concluído o curso superior em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura para habilitação em comércio exterior e possuir o registro na entidade de classe.
- (C) ter realizado o curso de formação de despachantes aduaneiros e obter aproveitamento satisfatório nos testes feitos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- (D) ter experiência mínima de cinco anos comprovada através da Carteira de Trabalho e Previdência Social em atividades relacionadas ao comércio exterior, sem que tenha sofrido nenhuma penalidade por má conduta no exercício destas atividades.
- (E) ter concluído o curso superior em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura para habilitação em comércio exterior e ter realizado o curso de formação de despachantes aduaneiros reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Questão 05

O regime de trânsito aduaneiro tem como objetivo possibilitar a movimentação de mercadorias entre as Unidades Fiscais onde se promova o despacho de importação, visando gerar maior fluidez nos pontos de entrada das mercadorias no território aduaneiro e possibilitando que o importador leve o processo de desembaraço para o local onde mais estiver alinhado com a sua estratégia logística. Quanto ao regime de tributação a que estão sujeitas as operações de trânsito aduaneiro, é correto afirmar que:

- (A) os tributos não incidem sobre as operações de trânsito aduaneiro.
- (B) os tributos têm alíquota zero nas operações de trânsito aduaneiro.
- (C) a operação tem os tributos isentos enquanto a mercadoria estiver submetida ao regime de trânsito aduaneiro.
- (D) a operação tem os tributos suspensos enquanto a mercadoria estiver submetida ao regime de trânsito aduaneiro.
- (E) todos os tributos são pagos no momento em que a carga sai do ponto onde tenha dado a primeira entrada no País.

Questão 06

Após a segunda guerra mundial, a necessidade de criação de uma organização que pautasse as relações comerciais tornou-se bastante necessária. Pensando nisso, houve a tentativa de criação de uma Organização Internacional do Comércio, que não entrou em vigor devido à falta de ratificação do acordo por parte dos Estados Unidos. Ainda assim, vários Países entraram em acordo sobre a criação do GATT (Acordo sobre Tarifas e Comércio). O GATT tinha caráter transitório, ainda assim, acabou por ser o responsável pela regulação do comércio até a criação da OMC (Organização Mundial de Comércio). Tendo em conta que a OMC possui uma finalidade específica quanto à liberalização comercial entre as nações, é correto afirmar que ela:

- (A) regula a forma de tributação nas operações de comércio internacional entre os membros.
- (B) assegura que as mercadorias deverão ser negociadas ao mesmo preço em qualquer parte do mundo.
- (C) busca a uniformização das normas aduaneiras em todos os Países membros, visando reduzir os entraves ao livre comércio.
- (D) trabalha para que os blocos econômicos não se tornem um empecilho às transações comerciais para os Países que não façam parte desses blocos.
- (E) busca a liberalização comercial, baseada em dois princípios básicos: da não discriminação e do tratamento nacional, os quais devem se ajustar às necessidades de todos os membros.

Questão 07

Dentro das políticas internas do Brasil, historicamente os governos tratam o comércio exterior como uma das bases para o desenvolvimento do País. Uma das ações estabelecidas pelo governo nos últimos cinco anos foi o Plano Brasil Maior, cujo foco foi:

- (A) intensificar as barreiras tributárias, visando o aumento da arrecadação fiscal.
- (B) reduzir a carga tributária nas operações de importação, para que as mercadorias sejam oferecidas a preços mais baixos à população.
- (C) estabelecer a desburocratização das operações de comércio exterior, visando facilitar os fluxos de mercadorias e a troca de tecnologia.
- (D) a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho.
- (E) aumentar as barreiras não tributárias às operações de importação, dificultando a entrada de mercadorias importadas e favorecendo a produção nacional.

Questão 08

De acordo com Natali Rocholl: “a valoração aduaneira tem como objetivo a determinação do valor de certa mercadoria importada, fixando um montante que servirá de base para o cálculo dos tributos e eventuais direitos aduaneiros, segundo certos princípios e critérios técnicos e legais aprovados e praticados internacionalmente”. No acordo de valoração aduaneira estabelecido pelo GATT (Acordo sobre Tarifas e Comércio), o qual o Brasil aprovou em 1994, a quantidade de métodos possíveis para que se possa definir qual é o valor aduaneiro da mercadoria importada é igual:

- (A) Três
- (B) Quatro
- (C) Cinco
- (D) Seis
- (E) Sete

Questão 09

Dentro da sistemática de comércio exterior, o Banco Central do Brasil (BACEN) possui o papel fundamental de regular o fluxo de capitais que envolvam o pagamento ou o recebimento de valores pelas empresas que transacionam mercadorias e serviços internacionalmente. Considerando ser possível que nas operações de importação os pagamentos sejam transacionados em reais (R\$), para que tais operações sejam consideradas regulares, o BACEN exige que:

- (A) a taxa de conversão da operação para R\$ seja estabelecida por uma instituição bancária internacional de primeira linha.
- (B) o exportador possua uma conta corrente titulada por ele próprio, aberta e movimentada no Brasil nos termos da regulamentação vigente.
- (C) a taxa de conversão da operação para R\$ seja estabelecida por uma instituição bancária brasileira, autorizada a operar com câmbio pelo BACEN.
- (D) seja efetuado um aviso prévio ao exportador, informando que o pagamento será realizado em R\$, e que o exportador se manifeste positivamente.
- (E) a documentação que suporte a operação estabeleça que o pagamento poderá ser realizado em qualquer moeda que possua paridade estabelecida pelo mercado internacional.

Questão 10

Um planejamento logístico bem realizado pode determinar o sucesso financeiro de uma operação de comércio exterior. Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) em 2009, cerca de 23% das empresas importadoras e exportadoras tiveram de alterar o porto de destino de suas mercadorias pela carência de infraestrutura. De 2009 até os dias atuais a situação mudou muito pouco no País. Entre os vários problemas de infraestrutura apontados pelas empresas, o principal deles, quase comum a todos os portos brasileiros, e que gera importante incremento no custo local das operações, o famoso “Custo Brasil”, é:

- (A) Baixa frequência de navios.
- (B) Excesso de burocracia das autoridades aduaneiras.
- (C) Incompatibilidade dos acessos marítimos aos navios de grande capacidade de carga.
- (D) Falta de disponibilidade de contêineres frigoríficos para o escoamento da safra de frutas.
- (E) O acesso terrestre aos portos é totalmente despreparado para atender a demanda de importação e exportação.

Questão 11

Segundo o Professor Gabriel Segallis: “qualquer que seja o meio de transporte utilizado, o produto terá de ser embalado e as características da embalagem terão de adaptar-se a diversos fatores”. Quanto ao custo do transporte, são fatores de principal determinação no valor do frete internacional as seguintes características das embalagens:

- (A) cubagem e peso.
- (B) proteção contra avaria e violação.
- (C) facilidade de manuseio para carga e descarga.
- (D) adequação aos regulamentos internacionais de transporte.
- (E) qualidade da etiquetagem para garantir que a carga não se extravie.

Questão 12

Dentro das práticas de marketing internacional, destacam-se as feiras e exposições como forma interessante de promoção de produtos e divulgação aos clientes em potencial. A maior parte dos Países tem um calendário de feiras e exposições comerciais organizado anualmente. Para os eventos de feiras e exposições internacionais realizados no Brasil, a legislação aduaneira assegura a isenção do imposto na importação das mercadorias, somente se:

- (A) o consumo ocorrer no recinto do evento.
- (B) a quantidade não revele destinação comercial.
- (C) não existirem mercadorias similares produzidas no País.
- (D) a empresa expositora das mercadorias for sediada no País.
- (E) os órgãos anuentes aprovarem a entrada das mercadorias no País.

Questão 13

Quando um produto é introduzido no mercado de outro País a preço inferior ao seu valor normal se comparado a um produto similar, pode-se afirmar que está caracterizada a seguinte prática, reconhecida nas operações de comércio exterior:

- (A) subsídio.
- (B) *dumping*.
- (C) subfaturamento.
- (D) concorrência desleal.
- (E) dano à indústria do País importador.

Questão 14

Uma contribuição pecuniária ou de outra ordem que seja dada pelos governos às empresas exportadoras visando promover objetivos de políticas sociais e econômicas, podendo gerar redução nos preços e assim causar efeitos nocivos aos Países importadores, é reconhecida como:

- (A) fomento.
- (B) subsídio.
- (C) *dumping*.
- (D) financiamento.
- (E) dano à indústria local.

Questão 15

Ao receber a denúncia sobre operações de importação específicas que sejam danosas à indústria local, o País poderá instaurar uma investigação e, após dar o direito de manifestação às partes envolvidas, estabelecer a seguinte medida de defesa:

- (A) direitos compensatórios.
- (B) proibição do ingresso das mercadorias no País.
- (C) autuação da empresa envolvida na prática danosa.
- (D) aplicação da pena de perdimento para as mercadorias.
- (E) aumento da alíquota dos impostos incidentes na importação para os produtos envolvidos na investigação.

Questão 16

Um importador brasileiro, visando movimentar a sua mercadoria após ela ter sido devidamente regularizada na alfândega, deseja retirá-la do porto de descarga e levá-la até o local onde ela será consumida. Após realizar o planejamento logístico, decidiu contratar uma empresa de transportes, que sob um único contrato de transporte, irá movimentar as mercadorias utilizando os seguintes meios: 1º rodoviário; 2º ferroviário; 3º rodoviário. Esta operação é reconhecida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como:

- (A) baldeação.
- (B) multimodalidade.
- (C) intermodalidade.
- (D) trânsito escalonado.
- (E) transferência autorizada de transporte terrestre.

Questão 17

A Câmara de Comércio Internacional (CCI) criou regras para administrar conflitos oriundos da interpretação de contratos internacionais firmados entre exportadores e importadores concernentes à transferência de mercadorias, às despesas decorrentes das transações e à responsabilidade sobre perdas e danos. Em 1936 foram criados os INCOTERMS (*International Commercial Terms*), que são um conjunto de siglas que definem as regras de responsabilidade em cada tipo de transação comercial. Se um importador brasileiro, após realizar as negociações de compras internacionais, deseja adquirir uma mercadoria de um fornecedor alemão, mas quer ser o responsável por todos os custos desta operação, automaticamente ele estará tomando o risco pelo seguro da mercadoria também.

A sigla de INCOTERM que caracteriza esse tipo de transação é:

- (A) CIF.
- (B) FOB.
- (C) CFR.
- (D) CPT.
- (E) EXW.

Questão 18

Com a evolução dos processos logísticos pelo mundo, os armazéns destinados ao recebimento, guarda e expedição de mercadorias tiveram que evoluir também, chegando ao status dos conhecidos Centros de Distribuição (CD). O aumento da complexidade na gestão dos CD's se deve principalmente ao fato da multiplicação do portfólio de produtos pelas empresas, com as suas variações de cores, tamanhos, funções, etc., o que faz com que o mesmo produto possa se desdobrar no cadastro de vários outros, além da velocidade de processamento exigida para que uma operação seja considerada eficiente. Neste caso, a Tecnologia da Informação (TI), tem exercido papel fundamental na gestão dos modernos CD's. Sob o aspecto da gestão do fluxo das mercadorias dentro de um CD, o sistema necessário ao apoio das operações logísticas é:

- (A) *Supply Chain Management* – SCM.
- (B) *Enterprise Resource Planning* – ERP.
- (C) *Warehouse Management System* – WMS.
- (D) *Customer Relationship Management* – CRM.
- (E) *Transportation Management Systems* – TMS.

Questão 19

Segundo a Dra. Camila Albieri: “Com o aumento do fluxo de comércio internacional e no contexto mundial de desaceleração do crescimento econômico, há uma tendência de que os Países busquem meios de proteger seu mercado interno ao mesmo tempo em que tentam garantir a continuidade de suas exportações para outros mercados. Assim, de um lado firmam parcerias fomentando acordos regionais de comércio, de outro criam normas e regulamentações que muitas vezes podem ser consideradas barreiras ao comércio internacional. Uma das formas de barreiras que vem sendo utilizadas são as normas técnicas, as quais são estabelecidas por instituições da importância do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), entre outros”. Dentro da estrutura dos órgãos governamentais com intervenção nas operações de comércio exterior, o INMETRO é considerado como órgão:

- (A) técnico.
- (B) anuente.
- (C) de apoio.
- (D) consultivo.
- (E) regulador.

Questão 20

Segundo o Dr. Antonio Penteadó Mendonça: “Quando uma seguradora paga uma indenização em função de um evento causado por terceiro que gera prejuízo para o segurado, ela se sub-roga no direito do seu segurado se ressarcir do causador do dano”. Essa prática encontra previsão legal no artigo 786 do Código Civil, e é comumente conhecida pelo mercado de seguros como direito:

- (A) de regresso.
- (B) de cobrança.
- (C) da seguradora.
- (D) de substituição.
- (E) de ressarcimento.

CONHECIMENTOS GERAIS: CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Questão 21

A Lei Federal nº 11.645/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei Federal nº 9.394/1996), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. O *caput* do artigo 26-A prevê expressamente que "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena". No parágrafo segundo consta que: "Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de:

- (A) educação artística e de filosofia.
- (B) educação artística e de matemática.
- (C) literatura e história brasileiras e de filosofia.
- (D) matemática e de literatura e história brasileiras.
- (E) educação artística e de literatura e história brasileiras.

Questão 22

A construção de Projetos nas escolas se remete ao planejamento que se tem intenção de fazer, de realizar. É uma forma de antever um futuro diferente do presente. Gadotti (1994, p.579) afirma que "todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores."

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de diversas atividades.

Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o Projeto Político-Pedagógico é:

- (A) uma ação rotineira, com um sentido explícito. O político e o pedagógico têm uma significação dissociável, não imbricadas. Considera-se o Projeto Político-Pedagógico como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas da escola.
- (B) uma ação intencional, com um sentido explícito e com compromisso definido coletivamente. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. É pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.
- (C) uma construção possível, mas não necessária. O Projeto Político-Pedagógico mobiliza o convencimento dos professores, da equipe escolar e dos funcionários a trabalhar mais, para, assim, proporcionar situações que permitam aprender a pensar e realizar o fazer pedagógico.
- (D) um rearranjo formal da escola, que visa organizar o trabalho pedagógico e, principalmente, o administrativo, no que tange às questões financeiras.
- (E) uma construção autônoma que tem como autores e atores do processo somente os diretores e professores da unidade escolar.

Questão 23

De acordo com o Decreto Federal nº 5154/2004 e a Resolução MEC/CNE/CEB nº06/2012, de 20/09/2012, **NÃO** é correto afirmar, em relação à oferta da Educação Profissional de Nível Médio, que a:

- (A) articulada ao Ensino Médio poderá ser desenvolvida de forma integrada ou concomitante.
- (B) subsequente é desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.
- (C) articulada integrada ao Ensino Médio se desenvolve na mesma instituição de ensino, sem a necessidade de ampliação da carga horária prevista para a formação técnica profissional.
- (D) articulada concomitante pressupõe a existência de matrículas distintas no curso de educação profissional técnica e no Ensino Médio.
- (E) articulada concomitante poderá ser desenvolvida em unidades de ensino da mesma instituição ou em instituições de ensino distintas.

Questão 24

Uma instituição de educação profissional, ao definir seu Projeto Pedagógico, fundamentou-se na construção de itinerários formativos compatíveis com o mundo do trabalho e as expectativas do trabalhador. Com base no Decreto Federal nº 5154/2004 e na Resolução MEC/CNE/CEB nº 06/2012, de 20/09/2012, é **correto** afirmar que os itinerários formativos:

- (A) são abordagens que, ao propiciar autonomia e flexibilização ao educando, favorecem a descontinuidade da formação.
- (B) constituem-se em uma metodologia de formação continuada exclusiva para trabalhadores que possuem formação de nível médio.
- (C) caracterizam-se como cursos de formação continuada voltados ao aprimoramento das competências desenvolvidas pelos trabalhadores no exercício da profissão.
- (D) são etapas organizadas no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando continuidade e articulação nos estudos e nas experiências profissionais.
- (E) são voltados aos trabalhadores que já estão inseridos no mercado de trabalho, pois se fundamentam na problematização de vivências do cotidiano.

Questão 25

O art. 53 da Lei Federal nº 8.069/1990 garante à criança e ao adolescente direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

- (A) igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- (B) garantia de permanência na escola, em caso de muitas faltas, injustificadas sem comunicação ao Conselho Tutelar.
- (C) o direito à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- (D) progressão continuada dos estudos sempre que necessário, direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- (E) ciência do processo pedagógico, pelos pais e/ou responsáveis, sem participação nas definições das propostas educacionais.